

Demonstrações Financeiras

**Fronteira Oeste Transmissora de Energia S/A –
FOTE**

31 de dezembro de 2016

com o relatório dos Auditores Independentes sobre as
Demonstrações Financeiras

Fronteira Oeste Transmissora de Energia S/A – FOTE

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

Índice

Relatório dos auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras..... 3

Demonstrações financeiras

Balanços patrimoniais.....	9
Demonstrações dos resultados.....	10
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	12
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Demonstrações do valor adicionado.....	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	15

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Fronteira Oeste Transmissora de Energia S/A – FOTE
Florianópolis – SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Fronteira Oeste Transmissora de Energia S/A - FOTE**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis

Em nossa opinião, a demonstração financeira acima referida apresenta adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fronteira Oeste Transmissora de Energia S/A - FOTE em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Fase pré-operacional

Chamamos a atenção para a Nota nº1 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia vem despendendo quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação, as quais, não estão de acordo com as estimativas e projeções da transmissora. Conseqüentemente, o início das operações e geração de receitas, por sua vez, dependem da capacidade da Companhia em continuar cumprindo o cronograma de obras previsto em seu plano de negócio, bem como a obtenção dos recursos financeiros necessários, sejam esses recursos dos seus acionistas ou de terceiros. Nossa conclusão não está ressalvada em virtude desse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

a) Receita anual permitida “RAP” (Nota explicativa 6)

A subestação 230/138kV Santa Maria 3, entrou em operação comercial no dia 19 de maio de 2016, sendo que, as demais instalações de transmissão encontram-se com as obras suspensas.

A receita anual permitida (RAP) foi determinada em R\$ 16.286, que será acrescido de PIS e COFINS. A RAP será corrigida anualmente pelo IPCA e será devida a partir do início da operação comercial. Em 28 de junho de 2016, foi estabelecido, através da resolução homologatória nº 2.098, a nova RAP da Companhia em R\$ 20.484, líquida de PIS e COFINS. O saldo da rubrica das contas a receber representa cerca de R\$ 422, sendo recebido mensalmente em 3 (três) parcelas, não tendo atrasos.

Consideramos essa uma área de foco de auditoria, pois o registro de constituição da receita, é por base em resoluções homologatórias pela Agencia Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto:

Dentre outros procedimentos de auditoria, avaliamos as resoluções publicadas pela ANEEL, efetuando a leitura e por meio de nossos testes, verificamos a extração do saldo a receber junto a Operador nacional do sistema elétrico “ONS”, nas datas de nossos trabalhos, e entendemos que os saldos registrados não apresentam inconsistências no reconhecimento e na divulgação.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequados o nível de provisionamento e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras.

b) Fornecedores (Nota explicativa 8)

A Companhia no exercício de 2016, não está recebendo o aporte de capital necessário para cumprir com suas obrigações vincendas de fornecedores. Um dos principais acionistas a Companhia Estadual de Energia Elétrica “CEEE”, não realizou os devidos aportes de capital, conforme cronograma. Esse fato, fez com que outro acionista Eletrosul, diminuísse os montantes repassados a Companhia, a título de aumento de capital para investimento.

Considerando esse fato a rubrica de fornecedores sofreu um aumento por atrasos de pagamento e atualização dos títulos com juros e multas.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto:

Dentro outros procedimentos de auditoria, realizamos para mitigar possíveis erros de reconhecimento e divulgação, a circularização dos principais saldos de fornecedores. Tendo como resposta de 98%, efetiva do saldo a pagar desses fornecedores. Realizamos também testes alternativos para mitigar possíveis registros sem documentação suporte, e não identificamos inconsistências.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequados o nível de provisionamento e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras.

c) Impairment (Nota 7)

Conforme mencionado na nota explicativa nº 7 Ativo financeiro, a Companhia realizou a avaliação de Impairment na data de 31 de dezembro de 2016, individual de todas as suas unidades geradoras de caixa (UGC), quanto aos aspectos do impairment. Devido ter somente uma única concessão (nº 07/2017-ANEEL), foi considerado o teste para uma unidade geradora de caixa (UGC).

Uma vez que exigem o exercício de julgamento, tais estimativas são preparadas e revisadas internamente de acordo com a estrutura de governança da Companhia. Conforme descrito nas notas, que face às alterações que ocorrem no ambiente econômico ou regulatório nos seus mercados de atuação, a Companhia avalia continuamente as premissas e estimativas de lucros tributáveis, rentabilidade das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) taxas de desconto e projeções de fluxo de caixa. Devido à relevância das estimativas de rentabilidade futura efetuadas e do impacto que eventuais mudanças nas premissas dessas estimativas teriam nas demonstrações financeiras, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria

Como nossa auditoria endereçou esse assunto:

Com base em amostragem, testamos o desenho, implementação e a efetividade operacional dos controles internos relevantes relacionados com a preparação e revisão do plano de negócios e orçamento. Adicionalmente, avaliamos a razoabilidade e consistência dos dados e premissas utilizados na preparação desses documentos, tais como taxas de crescimento, taxas de desconto, projeções de fluxos de caixa e estimativas de lucros comparando estas com as informações divulgadas por outras Companhias congêneres. Também efetuamos a análise da razoabilidade dos cálculos matemáticos incluídos em tais documentos. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela companhia nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequados o nível de provisionamento e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras.

Outros Assuntos**Demonstração do Valor Adicionado**

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação à Demonstração Financeira tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram conduzidas sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de auditoria, com data de 02 de fevereiro de 2016, respectivamente, com parágrafo de ênfase similar ao contido neste relatório, relacionado à fase pré-operacional e a dependência de recursos financeiros.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

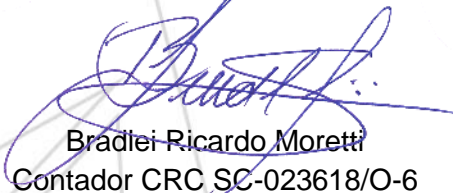
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se

concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau, 24 de fevereiro de 2017.

Berkan Auditores Independentes S.S.
CRC SC-009075/O-7



Brádlei Ricardo Moretti
Contador CRC SC-023618/O-6

Fronteira Oeste Transmissora de Energia S/A – FOTE

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4/16	472	1.824
Impostos a recuperar	5	17	117
Despesas antecipadas	17	26	26
Clientes	6	422	-
Estoque		407	-
Ativo financeiro – Amortizável RAP	7/16	3.324	-
		4.668	1.967
Ativo não circulante			
Ativo financeiro – Amortizável RAP	7/16	60.967	61.750
Ativo financeiro – Indenizável	7/16	10.311	10.924
Impostos a recuperar	5	-	15
Tributos Diferidos	11	426	-
Outros	17	4	32
		71.708	72.721
Total do Ativo		76.376	74.688
Passivo e patrimônio líquido			
Passivo circulante			
Fornecedores	8/16	29.366	24.584
Obrigações sociais e trabalhistas	9	83	60
Obrigações tributárias	10	129	160
Encargos setoriais		17	-
Outras obrigações		1	9
		29.596	24.813
Passivo não circulante			
Tributos diferidos	11	-	2
		-	2
Patrimônio líquido			
Capital social integralizado	12	23.215	23.215
Recursos para aumento de capital		31.655	26.654
Reserva de lucros		4	4
Lucros/ Prejuízos acumulados		(8.094)	-
Total do patrimônio líquido		46.780	49.873
Total do passivo e patrimônio líquido		76.376	74.688

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Fronteira Oeste Transmissora de Energia S/A – FOTE

Demonstrações do resultado

Exercício findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto lucro/prejuízo por ação)

	Nota	01/01/2016 à 31/12/2016	01/01/2015 à 31/12/2015
Receita operacional líquida	13	19.387	57.254
Custos de construção	14	(6.255)	(54.650)
Custo de operação		(92)	-
Resultado bruto		13.040	2.604
Despesas administrativas	14	(1.978)	(510)
Impairment sobre o ativo financeiro		(15.420)	-
Resultado antes do resultado financeiro		(4.358)	2.094
Receitas financeiras	15	74	425
Despesas financeiras	15	(4.236)	(2.599)
Resultado antes dos impostos		(8.520)	(80)
IR e CS	11	426	27
Lucro/Prejuízo do exercício		(8.094)	(53)
Quantidade de ações		23.215.000	23.215.000
Lucro/Prejuízo do exercício por ação (em R\$)		(0,3487)	(0,0023)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Fronteira Oeste Transmissora de Energia S/A – FOTE

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	Nota	01/01/2016 à 31/12/2016	01/01/2015 à 31/12/2015
Lucro/Prejuízo do exercício		(8.094)	(53)
Outros resultados abrangentes		-	-
Lucro/Prejuízo do exercício		(8.094)	(53)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Fronteira Oeste Transmissora de Energia S/A – FOTE

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto lucro/prejuízo por ação)

	Nota	01/10/2016 à 31/12/2016	01/10/2015 à 31/12/2015
Receita operacional líquida		4.307	19.029
Custos de construção		(495)	(17.153)
Custo de operação		(36)	-
Resultado bruto		3.776	1.876
Despesas administrativas		(346)	(200)
Impairment sobre o ativo financeiro		(15.420)	-
Resultado antes do resultado financeiro		(11.990)	1.676
Receitas financeiras		13	20
Despesas financeiras		(873)	(1.809)
Resultado antes dos impostos		(12.850)	(113)
IR e CS		1.898	39
Lucro/Prejuízo do exercício		(10.952)	(74)
Quantidade de ações		23.215.000	23.215.000
Lucro/Prejuízo do exercício por ação (em R\$)		(0,47176)	0,0162

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Fronteira Oeste Transmissora de Energia S/A – FOTE

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	Nota	01/10/2016 à 31/12/2016	01/10/2015 à 31/12/2015
Lucro/Prejuízo do exercício		(10.952)	(74)
Outros resultados abrangentes		-	-
Lucro/Prejuízo do exercício		(10.952)	(74)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Fronteira Oeste Transmissora de Energia S/A – FOTE

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Reserva de lucros	Reserva legal	Recursos para futuro aumento de capital	Lucro/Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido total
Saldo em 31 de dezembro de 2014		23.215	54	3	5.391	-	28.663
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	21.263	-	21.263
Resultado do Período		-	-	-	-	-	-
Absorção dos prejuízos		-	(53)	-	-	-	(53)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	12	23.215	1	3	26.654	-	49.873
Saldo em 31 de dezembro de 2015		23.215	1	3	26.654	-	49.873
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	5.001	-	5.001
Resultado do período		-	-	-	-	(8.094)	(8.094)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	12	23.215	1	3	31.655	(8.094)	46.780

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Fronteira Oeste Transmissora de Energia S/A – FOTE

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios de doze meses findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	31/12/2016	31/12/2015
Itens do resultado que não afetam o caixa:		
Resultado do período	(8.094)	(53)
Tributos Diferidos	(426)	27
Receita com Ativo Financeiro	(13.018)	(2.604)
Impairment sobre o ativo Financeiro	15.420	-
Ajustes de capital de giro:		
Redução/(aumento) dos impostos a recuperar	115	(60)
Redução/(aumento) de outros ativos	25	80
Redução(aumento) de Concessionárias e permissionárias	(422)	-
Aumento/ (redução) de Estoques	(407)	-
Aumento/ (redução) de Partes Relacionadas	23	53
Aumento/(redução) de fornecedores	4.782	24.329
Aumento/(redução) de obrigações tributárias	(31)	62
Aumento/(redução) de Encargos Setoriais	17	-
Aumento/(redução) de outros passivos	(7)	(464)
Fluxo de caixa originado das atividades oper.	(2.023)	21.263
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao ativo financeiro - concessão	(4.330)	(54.650)
Fluxo de caixa aplicados em atividades de invest.	(4.330)	(54.650)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Ingresso para futuro aumento de capital	5.001	21.263
Fluxo de caixa líquido em atividades de finan.	5.001	21.263
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	(1.352)	(12.071)
Caixa, equivalentes e aplicações no início do período	1.824	13.895
Caixa, equivalentes e aplicações no fim do período	472	1.824
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	(1.352)	(12.071)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Fronteira Oeste Transmissora de Energia S/A – FOTE

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	31/12/2016	31/12/2015
Receitas		
Receita com ativo financeiro	13.018	2.604
Receita Serviços de O&M	348	-
Receita de construção	6.255	54.650
	19.621	57.254
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo de O&M	92	-
Serviços de terceiros	1.132	342
Custos de construção	6.255	54.650
Impairment sobre o ativo financeiro	15.420	-
Outros	14	2
Valor adicionado bruto	(3.292)	2.260
Valor adicionado líquido	(3.292)	2.260
Receitas/despesas financeiras, líquidas	74	425
Valor adicionado total a distribuir	(3.218)	2.685
Distribuição do valor adicionado	(3.218)	2.685
Honorário dos Administradores	832	166
Impostos, taxas e contribuições	(192)	(27)
Remuneração do capital de terceiros	4.236	2.599
Lucro/Prejuízo do exercício	(8.094)	(53)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

1. Informações gerais

A Fronteira Oeste Transmissora de Energia S/A – FOTE (a “FOTE” ou a “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 20 de dezembro de 2013 e está estabelecida na Rua Deputado Antônio Edu Vieira, 999, Sala Y – Pantanal – 88040-901 – Florianópolis, SC.

A Companhia tem por objeto social a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.1 Contrato de concessão

Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 07/2014 - ANEEL, datado de 29 de janeiro de 2014, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos:

- SE 230/138 kV Santa Maria 3 – 2 x 83 MVA (novo pátio);
- SE 230/138 kV Pinhalzinho – 3 x 150 MVA;
- LT 230 kV Santo Ângelo – Maçambará, 205 km, C2;
- LT 230 kV Pinhalzinho - Foz do Chapecó, 40 km, C1;
- LT 230 kV Pinhalzinho - Foz do Chapecó, 40 km, C2;

O Contrato de Concessão exige a entrada em operação comercial em 48 meses da SE Pinhalzinho e LT Pinhalzinho C2 e 30 meses para as demais instalações, após a assinatura do contrato.

A Subestação 230/138kV Santa Maria 3, entrou em operação comercial no dia 19/05/2016, sendo que, as demais instalações de transmissão encontram-se com as obras suspensas.

A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em 16.286, que será acrescido de PIS e COFINS. A RAP será corrigida anualmente pelo IPCA e será devida a partir do início da operação comercial. Em 28/06/2016, foi estabelecida, através da resolução homologatória nº 2.098, a nova RAP da Companhia em 20.484, líquida de PIS e COFINS.

A Companhia ainda dependerá de quantias significativas em custo de organização, desenvolvimento e pré-operação para conclusão dos lotes e subestação, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras. A Companhia possui capital autorizado de 80.000, sendo que as subscrições e integralizações ocorrem por deliberação do Conselho de Administração.

As Licenças de Instalação contemplando as atividades a serem desenvolvidas para essa operação junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), ainda não foram obtidas em sua totalidade, apenas as Subestações possuem as licenças necessárias para instalação. As licenças de instalação para os trechos de linha de transmissão devem ocorrer durante o ano de 2016.

2 Base de preparação e principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando todas as informações relevantes da Companhia e preparadas de acordo com os padrões internacionais de relatórios financeiros (International Financial Reporting Standards - “IFRS”), implementados no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

A emissão das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foi autorizada pela administração em 24 de fevereiro de 2017.

3 Resumo das principais políticas contábeis

3.1 Transações em moedas estrangeiras

As demonstrações financeiras são mensuradas e estão apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Companhia, devido ao ambiente econômico em que a FOTE atua e na qual são realizadas suas principais operações.

3.2 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalentes de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo, direito contratual, ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais da própria entidade.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras e são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Para que uma aplicação financeira seja qualificada como equivalentes de caixa, ela precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, uma aplicação financeira normalmente qualifica-se como equivalentes de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

Contas a receber – ativo financeiro

De acordo com o ICPC 01 (IFRIC 12), as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão na utilização do modelo de ativo financeiro, classificado como “recebíveis” e registrado ao valor justo.

As contas a receber - ativos financeiros incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de desenvolvimento de infraestrutura, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A Companhia considera que o valor da indenização

a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item.

Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (*impairment*). Os ativos são considerados irre recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

Baixa de ativos financeiros

A Companhia baixa seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia mantenha substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, esse ativo financeiro é mantido nas demonstrações financeiras e um passivo é reconhecido por eventuais montantes recebidos na transação.

3.3 Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

3.4 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

Provisões para litígios

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.5 Passivos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

São quaisquer passivos que sejam obrigações contratuais (i) que determinem a entrega de caixa ou de outro ativo financeiro para outra entidade ou, ainda, (ii) que determinem uma troca de ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições desfavoráveis à Companhia e suas controladas.

Passivos financeiros ainda incluem contratos que serão ou poderão ser liquidados com títulos patrimoniais da própria entidade.

Os passivos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado; empréstimos e recebíveis, conforme o caso. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Fornecedores: incluem obrigações com fornecedores de materiais e serviços, adquiridos no curso normal dos negócios.
- Empréstimos, financiamentos e debêntures: são atualizados pela variação monetária, de acordo com os índices determinados em cada contrato, incorrida até a data do balanço em adição aos juros e demais encargos contratuais, os quais são registrados em despesas financeiras, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método de taxa de juros efetivos. Todos os outros custos com empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

3.6 Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.7 Tributação

Impostos sobre a receita de transmissão

As receitas de transmissão estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65% e 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00% e 7,6%;

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$240 no período base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos pelo regime de competência.

A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado.

Para o ano calendário de 2016, a administração da companhia optou pela forma de tributação do lucro real anual.

Diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

3.8. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

3.9 Ajuste de valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas das demonstrações financeiras a Companhia e suas controladas não possuíam ajustes a valor presente de montantes significativos.

3.10 Taxas regulamentares que serão devidas no momento da operação

Programas de Eficiência Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as transmissoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinarem, anualmente, em torno de 1,0% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

O valor da taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica é equivalente a 0,4% da RAP.

3.11 Reconhecimento de receita

A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. As quantias cobradas por conta de terceiros - tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos da Companhia, portanto, não estão apresentadas na demonstração do resultado.

Receita de transmissão de Energia Elétrica

A FOTE reconhece a receita da prestação de serviços de transmissão em conformidade com a ICPC 01 (IFRIC 12).

O valor da receita pode ser mensurado com segurança, e os benefícios são atingidos para as atividades de transmissão de energia, uma vez que, na atividade de transmissão de energia, a receita prevista no contrato de concessão, a RAP, é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura pelos usuários do sistema.

As receitas no período pré-operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

- Receitas de desenvolvimento de infraestrutura
- Receitas de remuneração dos ativos da concessão

E no período operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

- Receitas de operação e manutenção
- Receitas de remuneração dos ativos da concessão

Receita de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.12 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das

demonstrações financeiras. Quando necessário, as estimativas basearam-se em pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adotara premissas derivadas de experiências históricas e outros fatores que entenderam como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

i) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções de longo prazo, correspondentes ao período da concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Em 31 de Dezembro de 2016, a Companhia não identificou nenhum indicador, através de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

ii) Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis e de acordo com interpretações dos regulamentos e legislações vigentes. O julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

iii) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

iv) Provisão para litígios

A Companhia reconhece provisão para causas ambientais, fiscais, cíveis e trabalhistas, quando na opinião de seus assessores legais, a probabilidade de perda é provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no

ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente.

v) Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de desenvolvimento de infraestrutura, ampliação e reforços como ativo financeiro.

vi) Momento de reconhecimento do ativo financeiro

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos financeiros com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. As contabilizações de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerão quando da prestação de serviço de desenvolvimento de infraestrutura relacionado com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação do desenvolvimento de infraestrutura não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento do desenvolvimento de infraestrutura, com contrapartida de ativo financeiro.

vii) Determinação da receita de remuneração do ativo financeiro e da taxa efetiva de juros

A receita de remuneração do ativo financeiro corresponde à remuneração do investimento no desenvolvimento de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, sobre o valor do investimento. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento.

viii) Determinação das receitas de desenvolvimento de infraestrutura

A FOTE, abrangida pelo escopo do ICPC 01 (IFRIC 12), registram o desenvolvimento de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (IAS 11) e CPC 30 (IAS 18). Quando a concessionária presta serviços de desenvolvimento de infraestrutura, é reconhecida a receita de desenvolvimento de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de desenvolvimento de infraestrutura prestado. Na contabilização das receitas de desenvolvimento de infraestrutura a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de desenvolvimento de infraestrutura, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de desenvolvimento de infraestrutura mais determinadas despesas do período de desenvolvimento de infraestrutura. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de desenvolvimento de infraestrutura.

ix) Determinação das receitas de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo e os respectivos custos, conforme estágio de conclusão do contrato.

3.13 Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas de acordo com o CPC 09, e é aplicável somente para Companhias abertas e requerida pela ANEEL para concessionárias do setor elétrico

Fronteira Oestra Transmissora de Energia - Fote

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

nas demonstrações financeiras anuais. Entretanto, a Administração da Companhia optou por divulgar a DVA por como informação complementar.

4 Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa	3	-
Aplicações financeiras - Banrisul	469	1.824
	<u>472</u>	<u>1.824</u>

O saldo de caixa refere-se a suprimento para pagamento de despesas eventuais. O montante de R\$469 refere-se a aplicações financeiras de renda fixa (CDB) no Banrisul com rendimento de 100% CDI.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

5 Impostos a recuperar

Esta rubrica, no curto prazo, refere-se ao IRRF retido sobre os rendimentos das aplicações financeiras. Ao final do exercício, este valor será transferido para saldo negativo de IRPJ para compensação com outros débitos administrados pela Receita Federal do Brasil.

Ativo Circulante	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
IRRF	17	117
	<u>17</u>	<u>117</u>

Ativo não Circulante

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
IRPJ saldo negativo	-	15
	<u>-</u>	<u>15</u>

6 Concessionárias e Permissionárias

Valores referentes ao faturamento da “Receita Anual Permitida” (RAP) e “Demais Instalações de Transmissão” (DITs), da parte que entrou em operação comercial, a receber em 3 (três) parcelas, vincendas nos dias 15,25, do mês subsequente ao faturamento, e 05, do segundo mês subsequente.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Circulante	422	-
	<u>422</u>	<u>-</u>

7 Ativo financeiro (concessão – amortizável e indenizável)

A Companhia possui o contrato 07/2014 de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, datado de 29 de janeiro de 2014, celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Foi outorgada a Companhia a concessão para exploração do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos a contar da assinatura de cada um dos contratos. A Companhia reconheceu um recebível de concessão de

Fronteira Oestra Transmissora de Energia - Fote

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

serviço conforme o valor atual dos pagamentos mínimos anuais garantidos a serem recebidos do poder concedente.

A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o ativo financeiro e o de indenização reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, e é apurado comparando o retorno esperado com o valor do investimento.

Em 31 de Dezembro de 2016 a Companhia possui os seguintes valores contabilizados como contas a receber do poder concedente:

Curto Prazo

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Ativo Financeiro - Amortizável RAP	3.324	-
	<u>3.324</u>	<u>-</u>

Longo Prazo

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Ativo Financeiro - Amortizável RAP	76.387	61.750
Ativo Financeiro - Indenizável	10.311	10.924
(-) Impairment (CPC 01 (R1))	(15.420)	
	<u>71.278</u>	<u>72.674</u>
	<u>74.602</u>	<u>72.674</u>

Impairment (CPC 01 (R1))

A Companhia realizou em 31 de dezembro de 2016, avaliação individual de todas as suas unidades geradoras de caixa (UGC) quanto aos aspectos do impairment. Como a Companhia possui somente uma única concessão (nº 07/2014-ANEEL), foi considerado o teste para uma unidade geradora de caixa - UGC.

O valor recuperável da UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso, através de fluxos de caixas projetados, após o imposto de renda e a contribuição social, baseados nos orçamentos financeiros aprovados pela Administração.

Principais premissas adotadas

Descrição	2016
Taxa de desconto para o fluxo de caixa - Transmissão	5,15% pós-tax
Preço da receita anual permitida projetada	De acordo com a resolução homologatória emitida pela ANEEL
PIS e Cofins	9,25% sobre a receita bruta
Pesquisa e desenvolvimento	1% da ROL
Taxa de fiscalização da ANEEL	0,4% da receita bruta
Depreciação	Durante o prazo de concessão e/ou autorizações
Pessoa, materiais, serviços e outros	Orçamento financeiro apurado por Unidade geradora de Caixa (UGC)
Prazos do Fluxo de Caixa	Prazos das concessões e/ou autorizações

Ativo financeiro – Amortizável RAP

As concessões das linhas de transmissão de energia da Companhia são remuneradas pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica, da Rede Básica de Fronteira e das Demais Instalações de Transmissão, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão.

A prestação do serviço público de transmissão se dará mediante o pagamento à transmissora da Receita Anual Permitida - RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão.

Ativo financeiro – Indenizável

Conforme termo final do contrato de concessão, a extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

A administração da Companhia considera que ao final da concessão caberá a transmissora uma indenização. O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos do Tesouro Nacional. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pelas Concessões das linhas de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica.

Receita Anual Permitida - RAP

Em conformidade com o Contrato de Concessão nº 07/2014, assinado em 29 de janeiro de 2014 com a União, por intermédio da ANEEL, foi outorgada à Companhia a concessão do Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na implantação, manutenção e operação dos empreendimentos descritos na nota 1.

Após a data de assinatura desse contrato, a ANEEL procederá a revisão periódica da Receita Anual Permitida - RAP de transmissão de energia elétrica pela execução de reforços e ampliações nas instalações de transmissão. Pela disponibilidade das instalações de transmissão para operação comercial, a Companhia tem direito, a receita anual permitida (RAP) no valor original de R\$ 16.286.000, resultante da sua proposta financeira, líquida de PIS e COFINS.

A Receita Anual Permitida - RAP, é reajustada pelo IPCA, anualmente, conforme descrito na cláusula 6ª do Contrato de Concessão. De acordo com o CPC 37, ICPC-01 e OCPC-05, a receita a ser contabilizada no resultado da empresa não deverá ser mais a RAP, fornecida pelo Operador Nacional do Sistema, e sim as receitas com o Ativo Financeiro, de O&M e de Construção. A RAP continua representando o montante a ser recebido pela empresa, e agora servirá para amortização do Ativo Financeiro não indenizável.

8 Fornecedores

Os valores abaixo estão demonstrados a seu valor original acrescidos de atualização monetária (IPCA), juros (1%) e multa (2%). Os valores originais correspondem a R\$ 22.587 e os acréscimos a R\$ 6.779.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Materiais	25.398	22.382
Outros	751	-
Serviços	<u>3.217</u>	<u>2.202</u>
	<u>29.366</u>	<u>24.584</u>

O saldo de fornecedores no montante de R\$ 29.366 é relativo ao fornecimento de serviços, produtos e equipamentos usados na construção das linhas de transmissão.

9 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2016, a remuneração do pessoal chave da administração contempla:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Diretoria	27	22
Conselho Fiscal	19	21
Encargos sobre remuneração das partes	37	17
	<u>83</u>	<u>60</u>

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia mantém saldo em conta de fornecedores com a acionista Eletrosul Centrais Elétricas S/A.

Estes valores são derivados do contrato nº 110114007, datado de 25/08/2014, e são referentes a prestação de serviços de engenharia do proprietário. Os valores abaixo estão em mora, sendo demonstrados pelo valor original, acrescidos de atualização monetária (IPCA), juros (1%) e multa (2%).

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Eletrosul Centrais Elétricas S/A	1.872	997
	<u>1.872</u>	<u>997</u>

Não existem demais saldos ativos e passivos registradas nessas demonstrações financeiras com Partes Relacionadas.

10 Obrigações tributárias

Os tributos federais, até este fechamento, foram compensados com Saldo Negativo de IRPJ.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
ICMS	-	4
COFINS	25	-
PIS	5	-
IRRF	5	4
Outros impostos retidos (ISS, INSS e CS)	94	152
	<u>129</u>	<u>160</u>

11 Imposto de renda e contribuição social

a. Composição do Impostos de Renda e Contribuição Social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Os saldos dos impostos diferidos ativos e passivos são compostos como segue:

Fronteira Oestra Transmissora de Energia - Fote

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Ativo		
Provisão para impairment (nota 7)	5.243	-
Outras diferenças temporárias	3	-
Ativo não circulante	<u>5.246</u>	<u>-</u>
Passivo		
Diferença ativo financeiro	4.820	-
Outras diferenças temporárias	-	2
Passivo não circulante	<u>4.820</u>	<u>2</u>
Saldo líquido no balanço	<u>426</u>	<u>2</u>

b. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social com o resultado da aplicação direta da alíquota dos respectivos tributos sobre o resultado

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
LAIR	(8.520)	(80)
IR/CS (34%)	2.897	27
Adições/exclusões		
Provisão Impairment	(5.246)	-
Ativo Financeiro	4.820	-
Despesas Pré-Operacionais Diferidas	(2.045)	-
Imposto de Renda no Resultado	<u>426</u>	<u>27</u>
Imposto de Renda no Resultado		
Corrente	-	-
Diferido	426	27

A Companhia encerrou o período com R\$2,6 milhões de prejuízos fiscais e base negativa quais encontram-se apresentados na Parte B do Lalur da FOTE. A Administração conservadora optou por não reconhecer contabilmente 34% desses créditos até que apresente lucros tributáveis em linha com seu plano de negócios.

12 Patrimônio líquido*a) Capital social*

Em 31 de dezembro de 2016 o capital social autorizado é de 80.000.

	<u>Quantidade de ações</u>	<u>% do Capital Social</u>
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	11.840	51
Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE/GT	11.375	49
	<u>23.215</u>	<u>100</u>

Fronteira Oestra Transmissora de Energia - Fote

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Recursos para aumento de capital

O saldo no montante de 31.655 está composto por valores recebidos dos acionistas como segue:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	16.144	14.155
Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE/GT	<u>15.511</u>	<u>12.499</u>
	<u>31.655</u>	<u>26.654</u>

13 Receita operacional líquida

A conciliação entre receita operacional bruta e a receita operacional líquida em atendimento ao CPC

– Receita é apresentada abaixo:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receita com Ativo Financeiro	13.018	2.604
Receita de serviços de O & M	348	-
Receita de Construção	<u>6.255</u>	<u>54.650</u>
Receita Operacional Líquida	<u>19.621</u>	<u>57.254</u>
(-) Deduções	<u>(234)</u>	<u>-</u>
Receita Operacional Líquida	<u>19.387</u>	<u>57.254</u>

14 Despesas por natureza

<u>Despesa por função</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Custos de construção	(6.255)	(54.650)
Custo de O & M	(92)	-
	<u>(6.347)</u>	<u>(54.650)</u>

<u>Despesa por Natureza</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Pessoal	(832)	(166)
Material	-	-
Serviço de terceiros	(1.132)	(342)
Tributos	(14)	(2)
	<u>(1.978)</u>	<u>(510)</u>

15 Resultado financeiro, líquido

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receita Financeira		
Receita sobre juros de aplicações financeiras	64	420
Juros	<u>10</u>	<u>5</u>
	<u>74</u>	<u>425</u>

Despesas Financeiras

Variações Monetárias	(1.449)	(774)
Juros e multa	(2.774)	(1.813)
Outros	(13)	(12)
	(4.236)	(2.599)
	(4.162)	(2.174)

16 Instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. Em 31 de Dezembro de 2016 a Companhia não possuía qualquer contrato que envolvesse operações com derivativos.

Ativos Financeiros

	31/12/2016	31/12/2015
Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras	472	1.824
Ativo Financeiro - Amortizável RAP	79.711	61.750
Ativo Financeiro - Indenizável	10.311	10.924
(-) Impairment (CPC 01 (R1))	(15.420)	-
	74.074	74.498

Passivos Financeiros

Fornecedores	29.366	24.584
	29.366	24.584

A Companhia está exposta a risco de mercado, de crédito e de liquidez. O conselho de administração é o responsável por supervisionar a gestão destes riscos.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: a) risco de taxa de juros; b) risco cambial; e c) risco de preço relativo às suas ações.

Risco de encargos financeiros/flutuação de taxa de câmbio

Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros de captação bem como pela exposição a oscilações de câmbio que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos obtidos junto a instituições financeiras ou partes relacionadas. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

Risco regulatório

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração da concessão. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

Quanto a eventos provocados pela natureza, importa ressaltar, que a Companhia encontra-se coberta com apólice de seguros para todos os efeitos.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela diretoria da Companhia. A Companhia monitora os valores depositados e a concentração em determinadas instituições e, assim, mitiga o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. Em relação a contas a receber de clientes a Companhia não tem concentração de recebíveis de forma relevantes.

Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de avaliações regulares de sua administração. É notório que até a entrada de operação das linhas de transmissão e suas subestações, através de aportes financeiros e financiamentos com terceiros a operação da Companhia será mantida.

Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital ou emitir novas ações. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

17 Contingências

A Companhia não possui contra si litígios trabalhistas, cíveis ou tributárias classificadas por seus assessores jurídicos como riscos prováveis ou possíveis de perda, portanto em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 nenhuma provisão e ou divulgação é requerida.

18 Cobertura de seguros

A Companhia mantém a cobertura de seguro garantia, levando em conta o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. Os seguros contratados pela Companhia em garantia de suas obrigações com terceiros são:

Apólice nº 024372014000107750000095. Seguro da modalidade garantia, emitido em favor da ANEEL, no valor de 11.100, com vigência a partir das 24h do dia 23 de janeiro de 2014 até às 24 hs do dia 03 de abril de 2018.

A Companhia mantém registrado como despesa antecipada no ativo circulante 26 e no ativo não circulante 7, referente ao seguro acima citado.

Não faz parte do escopo do trabalho de nossos auditores averiguar a razoabilidade da cobertura dos seguros contratados pela Companhia.

DIRETORIA EXECUTIVA

Wilson João Cignachi
Diretor Administrativo Financeiro

Carlos Manuel Macedo de Matos
Diretor Técnico

RESPONSÁVEL TÉCNICO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Angela Maria Leite
Contadora CRC-SC 026253/O-7

Florianópolis, 24 de fevereiro de 2017